

turas, nos termos do Art. 175, inciso II, do Regimento Interno, motivo pelo qual o projeto retorna às comissões.

Item 12 – Discussão e votação do Projeto de lei nº 595, de 2021, de autoria do deputado Maurici e Marina Helou. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Esgotado o objeto da presente sessão, estão encerrados os trabalhos.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Marcio da Farmácia.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Eu queria fazer uma comunicação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Comunicação, deputado.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, tem um projeto que nós colocamos hoje aqui que é a proibição de venda de medicamentos em supermercado. Primeiro, supermercado vende arroz e feijão, e farmácia vende remédios. Independentemente se é prescrição ou não, é remédio, tem que ter uma orientação de um profissional qualificado para a indicação disso.

Quando a gente joga o medicamento dentro de um supermercado, na gôndola de um supermercado sem supervisão, você está tratando de saúde tendo irresponsabilidade com a saúde do povo, e também contra os princípios hoje da Vigilância Sanitária e do Conselho Regional de Farmácia.

Embora esse projeto não prejudique nenhum cidadão do estado de São Paulo, a não ser hoje, que foi colocado um projeto substitutivo hoje aqui, que devolve o meu projeto para as comissões sem passar e sem comunicar o autor do projeto.

Então eu estou dizendo aqui, presidente, que é assim, nós estamos nesta Casa de Leis, os acordos são feitos aqui dentro, os diálogos são feitos aqui dentro. Eu quero só apontar que hoje ocorreu aqui dentro do projeto do Marcio da Farmácia que tramitou todos os parâmetros que tinha que tramitar nas comissões para chegar hoje em votação, e hoje foi colocado um projeto substitutivo.

Está certo, está dentro da lei, está seguindo o Regimento. Só que é importante a população aí fora saber da contrariedade à geração de emprego que vai ocasionar esse projeto se não passar. E quero deixar aqui a minha insatisfação da falta de diálogo para que a gente possa tramitar projetos aqui de deputados, que é muito importante para todos nós.

Então, presidente, fica aqui colocada a minha situação, fica aqui colocada a minha indignação sobre como tramitou hoje aqui esse projeto do Marcio da Farmácia.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de agradecer a aprovação do meu projeto do Dia Estadual da Alimentação de Rua, o Item 4 que foi aprovado no dia de hoje. Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Parabéns, deputado José Américo, pela aprovação do seu projeto.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Quero agradecer inclusive ao Douglas Garcia pelo apoio. Obrigado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Desculpa.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Sr. Presidente, eu gostaria de declarar voto contrário ao Item 5 no Projeto de lei nº 653, de autoria do deputado Rodrigo Gambale e Patricia Bezerra; declarar voto contrário no Item 7, que altere o nº 300, do deputado Arthur do Val; e também declarar voto contrário no PL 595, do deputado Maurici e Marina Helou. Apenas para registro.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Comunicação, Vossa Excelência.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero fazer um apelo, Sr. Presidente, ao prefeito de Presidente Prudente, nosso colega aqui, foi deputado estadual durante muito tempo, o deputado Ed Thomas, para que ele primeiramente, Sr. Presidente, envie em caráter de extrema urgência um projeto de lei para a Câmara Municipal de Prudente fazendo o enquadramento das educadoras de Educação infantil na carreira do magistério.

Nós tivemos a oportunidade aqui, Sr. Presidente, de aprovar um projeto, acho que em 2012 ou 2013, fazendo esse enquadramento das professoras das creches da Universidade de São Paulo na carreira do magistério, inclusive com transformação dos cargos, e o deputado Ed Thomas ajudou a aprovar esse projeto.

Agora, me preocupa, Sr. Presidente, que lá em Presidente Prudente neste momento está um processo de perseguição em cima das educadoras, que estão lutando por esse direito, que é garantido pela LDB, pelo Plano Nacional da Educação, por pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Essas servidoras, neste momento, estão fazendo um movimento legítimo, um movimento importante pelo reconhecimento, pelo enquadramento, mas estão sofrendo perseguição, não do deputado Ed Thomas, mas talvez de alguns tecnocratas, alguns burocratas que não entenderam ainda a importância desse enquadramento.

Então faço esse pedido para que o deputado Ed Thomas, ele vai ter todo o nosso apoio, para que ele encaminhe esse projeto e resolva essa situação. E também, Sr. Presidente, para que ele tome providências imediatas para que haja um processo de negociação com as educadoras, repito, que estão sendo perseguidas neste momento.

Estou recebendo vários telefonemas sobre essa perseguição porque elas estão fazendo esse movimento, Sr. Presidente. Agora é importante que o prefeito tome providências para proteger as nossas educadoras de Educação Infantil, porque quem defende a primeira infância tem que defender quem cuida da primeira infância.

Quem cuida da primeira infância são essas educadoras, que são professoras, porque elas exercem a função docente. Se exercem a função docente, têm todos os deveres da docência e devem ter todos os direitos, também, da docência.

Por isso que a luta dessas educadoras é uma luta que existe em todo o estado de São Paulo e é pelo reconhecimento, é pelo enquadramento na carreira do Magistério. Que elas não sejam penalizadas e perseguidas, Sr. Presidente.

Então fica o nosso apelo ao ex-deputado, agora prefeito de Presidente Prudente, Ed Thomas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado, deputado Carlos Giannazi. Pela ordem, deputado Arthur do Val.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - PARA COMUNICAÇÃO - Queria agradecer demais a aprovação do meu PL, inclusive aos colegas deputados que, mesmo contra, deram quórum ao meu projeto e não fizeram obstrução, como poderiam ter feito.

Só explicando brevemente, o meu projeto amplia o direito de meia-entrada a todos os cidadãos paulistas. A ideia é acabar, na prática, com a meia-entrada. Explico: acabar com a distorção de que hoje o estudante rico paga meia-entrada, enquanto a empregada, o pedreiro e o lixeiro acabam pagando o valor inteiro.

E também ajudar a todo esse setor de eventos, de shows, de festas, que estão clamando por ajuda depois dessa pandemia, que eles não conseguem ter a previsibilidade no seu orçamento.

Então a verdade é que hoje, no Brasil, nós temos a lei da meia-entrada que faz com que as pessoas, principalmente os mais pobres, paguem a metade do dobro, essa é a verdade. Como se trata de uma lei federal e a gente não pode legislar sobre matéria federal, a gente não pode revogar uma lei federal, o meu raciocínio foi de driblar isso, ampliando o benefício a todos. Na prática, se todos têm, ninguém tem.

Então quero agradecer demais. Espero que o mercado tenha mais liberdade a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Parabéns, deputado Arthur do Val, pelo projeto.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - PARA COMUNICAÇÃO - Queria, primeiro, parabenizar todos os colegas que aprovaram projetos importantes na noite de hoje, em especial o meu colega Maurici.

O deputado Maurici aprovou um projeto de minha coautoria, mas de total trabalho do deputado, Lei 595, superimportante no combate e manejo integrado contra o fogo.

Este ano a gente passou por um processo muito grave aqui no estado de São Paulo de queimadas. O nosso mandato vem incidindo pela Frente Parlamentar Ambientalista na preparação da defesa do combate ao fogo e essa política estadual vem brindar esse processo.

É um projeto de lei muito bem feito para que a gente possa ter, de fato, uma política estadual de combate às queimadas, de manejo ao fogo, cuidando e preservando o nosso meio ambiente e, também, a nossa saúde, o nosso agronegócio. É um projeto extremamente importante para o agricultor, para o ambientalista e para todas as pessoas do estado de São Paulo na qualidade de sua saúde.

Eu quero também aproveitar a oportunidade para declarar voto contrário, com muito respeito, ao Projeto de lei 172, aqui representado pelo nobre colega Roberto Moraes, entre outros coautores, em relação ao transtorno de déficit de atenção, TDAH e TDA, um projeto bem importante no seu tema.

Acho que é um tema gravíssimo, que é mal representado quando a gente olha para esses transtornos das nossas crianças, mas eu não concordo com a solução de trazer a testagem e o estigma para dentro da escola. É um projeto importante que a gente mantenha dentro do sistema de Saúde, e o fortaleça, para que esse suporte seja feito, e para impedir a hipermedicação.

Vou trabalhar com os deputados e com o governo para que, no decreto, a gente possa chegar em bons termos para proteger as nossas crianças desse processo, e chegar ao grande e nobre objetivo do projeto, que é favorecer essas crianças com esses transtornos.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Parabéns, deputada Marina Helou, pelo projeto. Pela ordem, deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - PARA COMUNICAÇÃO -Presidente, no dia de hoje só quero agradecer a Deus, agradecer ao senhor, agradecer à liderança de Governo, agradecer a toda a equipe da Assembleia e aos colegas que se empenharam, tanto no Congresso de Comissões como também aqui no plenário, com votação unânime ao projeto de lei de minha autoria, o 298, de 2021, que proíbe as instituições financeiras de ofertar e celebrar contrato de empréstimo, de qualquer natureza, com aposentados e pensionistas, por ligações telefônicas.

É uma prática que está acontecendo muito. Nós recebemos muitas reclamações não só de aposentados e pensionistas, mas principalmente dos familiares. Quando se dão conta e vão olhar as contas dos seus aposentados e pensionistas, daqueles que são cuidados, percebem que foram contraídos empréstimos consignados no recebimento de cada um deles.

Essa prática é muito utilizada por algumas das instituições financeiras. Não estamos generalizando todas as instituições financeiras, mas algumas delas, que celebram esse tipo de empréstimo por ligação telefônica.

Vamos aguardar a sanção do governador João Doria, já pedindo a sensibilidade dele, aproveitando esse momento, para que possamos sancionar esse projeto de lei, para que ele seja uma realidade na vida dos aposentados e pensionistas do nosso querido estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Só para declarar o meu voto contrário ao Projeto de lei nº 298, de 2021, do deputado Alex de Madureira, que é um deputado com que tenho um bom relacionamento.

Compreendo toda a intenção dele em querer proteger pessoas que são vítimas de ações e acabam sendo induzidas a fechar empréstimos, contratos consignados, mas entendo que, da forma como foi colocado no Art. 1º dele, há uma restrição muito grande à atividade de instituições bancárias.

Tem muita instituição séria que acaba fazendo um trabalho e utilizando esse serviço para divulgar uma possibilidade, muitas vezes, boa para essas pessoas. É um trabalho ativo.

Quem não quiser receber a ligação, existe a possibilidade de fazer o cadastro e não receber mais esse tipo de ligação. Já existe lei para isso. Então entendo que, da forma como foi colocado, acabou sendo muito restritivo e vai acabar prejudicando muito as instituições e muitos empregos que existem nessas instituições.

Então, dito isso, declaro meu voto contrário, com todo o respeito ao deputado Alex de Madureira.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado. Pela ordem, deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Parabenizar os colegas pela aprovação de projetos maravilhosos que tivemos hoje. E dizer, sobre a questão do projeto substitutivo do PL 451, do nosso colega Marcio, eu tenho a declarar que, na verdade, é um projeto prejudicial à população, porque você limita a venda de medicamentos que, na verdade, não têm nenhum tipo de prescrição.

A pauta não é em medicamentos com prescrição. Todos os medicamentos, o meu substitutivo aborda isso, que tenham a prescrição médica, devem, sim, ser vendidos somente na farmácia.

Porém, medicamentos como um analgésico ou um anti-térmico, que você pode comprar em qualquer lugar dentro da farmácia, sem ter nenhum atendimento, que eles sejam disponibilizados também nas redes de supermercados, para que façam uma concorrência maior ainda, trazendo um benefício para a população.

Então, o que na verdade a gente pede é que tenha, sim, os medicamentos prescritos dentro da farmácia, e que o restante a gente tenha uma livre concorrência. Inclusive, em todas as partes do mundo, esses medicamentos são vendidos na gôndola do supermercado. Somente aqui que acaba protegendo a indústria farmacêutica - a indústria farmacêutica, não, a farmácia - e não deixa ter uma concorrência maior de preços.

Então, o meu substitutivo, eu peço apoio aos colegas, que tenham um sentimento ali, enquanto população, enquanto cidadão, que vai ter mais lugares para comprar vitaminas, ou um analgésico e um antitérmico, a não ser somente em uma farmácia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado, deputada.

Esgotado o objeto da presente sessão, estão encerrados os trabalhos. Boa noite a todos.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 51 minutos.

\* \* \*

## 28 DE OUTUBRO DE 2021

### 57ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - MAJOR MECCA

Crítica o Governo do Estado por política de Segurança Pública, de Educação e de Saúde. Comenta ato de agentes de Segurança Pública ontem. Clama pelo reajuste salarial da categoria. Reflete sobre os prejuízos do PLC 26/21. Questiona corte de seu discurso durante a reprise da sessão, na TV Assembleia.

3 - CORONEL TELHADADA

Lamenta o falecimento do policial militar Jamilton Machado de Assis, em ocorrência no Rio de Janeiro, e do soldado Joaquim Hipólito de Medeiros, aos 100 anos. Tece críticas às políticas de Segurança Pública do governador João Doria. Comenta apreensão de drogas com uso de cães farejadores, no Guarujá. Exibe gráfico publicado pela Apamagis demonstrando baixo nível de confiança no governo estadual. Informa os municípios aniversariantes. Notícia as datas comemorativas de hoje.

4 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Pede desculpas pelo discurso direcionado à Dra. Nise Yamaguchi, no dia de ontem. Discorre sobre a instalação da CPI da Prevent Senior, neste Parlamento. Celebra o Dia do Funcionário Público. Comenta promessas do governador João Doria, para as polícias Militar e Civil, não cumpridas. Repudia projetos enviados pelo governo que, ao seu ver, prejudicam o funcionalismo público. Comenta superávit nos cofres estaduais.

5 - PAULO LULA FIORILO

Reflete sobre o Dia do Servidor Público. Lamenta a retirada de direitos destes trabalhadores. Informa sua presença em debate, na Câmara Municipal, a respeito da reforma da Previdência. Comenta visitas ao comandante de bombeiros, coronel Jefferson de Melo, para entrega de veículo de transporte de comida aos agentes que trabalham em eventos de longa duração, e ao Grupo de Ações em Emergências e Desastres.

6 - MAJOR MECCA

Para comunicação, agradece ao deputado Paulo Lula Fiorilo pelo envio de emenda parlamentar ao Corpo de Bombeiros. Repudia a falta de efetivo na corporação.

7 - CONTE LOPES

Comemora o Dia do Funcionário Público. Pede reajuste salarial para os servidores. Crítica o governador João Doria. Clama pela valorização das polícias Militar e Civil. Exibe áudio enviado por um coronel após ocorrência em Caraguatuba.

8 - CORONEL TELHADADA

Lê e comenta e-mail com denúncias de descumprimento do bloqueio de ligações de telemarketing pelo site "não me ligue", do Procon.

9 - PAULO LULA FIORILO

Para comunicação, comenta depoimentos para a CPI da Prevent Senior, na Câmara Municipal. Discorre sobre as manifestações de funcionários a favor da empresa. Pede mais debate sobre o assunto. Reflete sobre as movimentações políticas que envolvem a CPI.

10 - MAJOR MECCA

Para comunicação, considera que a falta de manifestações durante votações de projetos do governo estadual se dá pela descrença nesta Casa. Clama por um Parlamento independente. Afirma que o Ministério Público já investiga a Prevent Senior. Pede a apuração dos desvios de verba durante a pandemia.

11 - CORONEL TELHADADA

Para comunicação, elogia o trabalho realizado pela Prevent Senior. Afirma que os funcionários estão preocupados com o futuro. Pede investigação dos gastos do Governo do Estado durante a pandemia.

12 - PAULO LULA FIORILO

Para comunicação, defende investigação dos gastos do governo estadual. Alega possíveis equívocos no tratamento de Covid-19 pela Prevent Senior. Afirma que a CPI não pretende acabar com a empresa. Comenta denúncias contra a citada entidade desde 2020.

13 - CONTE LOPES

Para comunicação, elogia o trabalho da Prevent Senior. Questiona o envolvimento do nome do presidente Jair Bolsonaro no debate.

14 - GIL DINIZ

Para comunicação, comenta sua participação em fórum da Ferrero Rocher para debate sobre sustentabilidade e infraestrutura. Cita a presença de autoridades.

15 - CORONEL TELHADADA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Defere o pedido. Reflete acerca do Dia de Finados. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 03/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.

\* \* \*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Imediatamente damos início à leitura da lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, que declaro aberto neste momento. Chamo à tribuna o deputado Mauro Bragato. (Pausa.) A segunda da lista é Janaina Paschoal, que preside a sessão e, portanto, não fará uso da palavra. (Pausa.) Chamo à tribuna o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.)

Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Major Mecca, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, deputada Janaina Paschoal, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, os policiais militares que cuidam de todos nós aqui, os funcionários que nos dão suporte e a todos vocês que nos acompanham pela Rede Alesp, pela rede social.

Nas ruas, é muito comum as pessoas se perguntarem, Coronel Telhada, deputado José Américo, a quem o governo do estado de São Paulo serve, para quem o governo está trabalhando, porque o povo nas ruas, quando precisa dos hospitais públicos, precisa de uma educação de qualidade aos seus filhos, não os tem. O povo, quando precisa, na periferia, de saneamento básico, esgota, infraestrutura, não tem também.

Eu quero mostrar aos senhores aqui quem é o governo do estado de São Paulo para nós, policiais do estado de São Paulo. Olha só o exemplo mais recente. Na data de ontem, nós nos reunimos na praça Roberto Gomes Pedrosa. É uma praça em frente ao estádio do Morumbi.

Nosso objetivo é clamar ao governo do estado de São Paulo e pedir socorro aos policiais militares, policiais civis, policiais penais, técnico-científicos. Socorro a esses homens e mulheres que defendem o povo do estado de São Paulo, pois eles estão morrendo. Os seus familiares abandonados pelo governo do estado de São Paulo, abandonados pelo “desgovernador” João Agripino Doria.

E olha como o governo recebe a os seus policiais, deputado Paulo Fiorilo. Por gentileza, coloca na tela. Olha a recepção. Uma linha de policiais militares a pé, uma linha da Rocam e um pelotão de Força Tática. Nós os aplaudimos, nós os cumprimentamos, porque são homens e mulheres que estão defendendo o povo de São Paulo com o sacrifício da própria vida. Estão passando dificuldades financeiras, senhores parlamentares que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Inclusive, a base do Governo aqui aprovou, na semana passada, o fim do adicional de insalubridade aos policiais do estado de São Paulo, quando usufruem a licença-prêmio.

Vocês não sabem como os policiais estão orgulhosos dos deputados estaduais desta Casa, que subtraíram e revogaram o reajuste anual desse adicional de insalubridade, de 768,67 reais. Numa licença-prêmio, quando se tira esse adicional, se tira praticamente um terço do salário do soldado da Polícia Militar, que é o policial mais mal pago do Brasil.

É essa a forma como o governo do estado de São Paulo recebe a os seus policiais. Homens e mulheres que defendem o povo não podem se aproximar do Palácio dos Bandeirantes. O que tem esse Palácio que o povo não pode se aproximar dele?

O que tem esse Palácio, João Agripino Doria, que o povo não pode se aproximar? O que você tanto esconde dentro desse Palácio, quais são as manobras que você esconde dentro desse Palácio?

Porque em Palácio, no estado de São Paulo, só vivem o governador e aqueles que o cercam. Porque o povo vive na quebrada, na periferia, abandonado, assim como os nossos soldados, que têm que secar a farda dentro de casa. É essa a recepção, Exmo. Governador do estado de São Paulo, que nem aqui está, está em Dubai. O governador está em Dubai, passeando, curtindo a vida, como ele fez em Miami durante a crise sanitária. Fechou todo o comércio, lacrou portas. E está lá.

Ontem, presidente, para concluir, conversei com um veterano, um homem que trabalhou por mais de 30 anos. Hoje tem 84 anos de idade, com holerite de 2.900 reais. Vive às custas dos filhos. É muito triste o que nós vemos no estado de São Paulo. Um desgoverno, o estado abandonado, um governo que não respeita o seu povo. Lastimável.

E eu vou abrir aqui, porque na última sessão em que eu abri isso aqui... "PSDB: pior salário do Brasil, os policiais estão morrendo". Viu, Rede Alesp? Por que, durante a noite, na terça-feira, os senhores passaram as falas dos deputados aqui no Pequeno Expediente e não passaram a minha fala? Existe ordem para isso, para não passar a fala do deputado Major Mecca nas reprises da Rede Alesp? Não façam isso.

Eu respeito a imprensa. E, para que haja democracia, a imprensa tem que ser livre. Não se submetam a ordens como essa. Só cortaram a minha fala na Rede Alesp na terça-feira à noite; não façam isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós agradecemos ao Sr. Deputado. E sigo aqui com a lista dos oradores inscritos. Chamo à tribuna o deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.)

Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADADA - PP - Muito obrigado. Uma boa tarde a todos os deputados aqui presentes, à Sra. Deputada, assessores, funcionários. Quero cumprimentar aqui a Polícia Militar, na figura das duas policiais militares aqui presentes hoje.

Quero iniciar, hoje, falando, infelizmente, de mais mortes na Polícia Militar. Nós tivemos, no Rio de Janeiro, uma triste ocorrência onde um policial, patrulhando, acabou sendo baleado na cabeça e infelizmente não resistiu aos ferimentos.

É o PM Jamilton Machado de Assis, que estava patrulhando no viaduto de Benfca, na quinta-feira de hoje, nesta manhã, dia vinte e oito. Perdeu, ele morreu nesta manhã, dia 28, e foi baleado na cabeça na manhã de ontem, quarta-feira, dia vinte e sete. E hoje, infelizmente, ele faleceu.

Ele é o 67º agente de segurança pública morto no Rio de Janeiro, em 2021, e o 47º policial militar morto em situação de violência no estado do Rio de Janeiro. Ele deixou esposa e um casal de gêmeos, filhos gêmeos de 13 anos; esposa e dois filhos gêmeos de 13 anos, policial Jamilton Machado de Assis, mais uma vítima da violência, que ninguém está preocupado com isso no Brasil.

No Brasil, a violência cresce a cada dia e nossos governantes estão preocupados em fazerem negócios da China. Aliás, como foi dito aqui, o governador está em Dubai, que aliás ele perguntou, outro dia lá numa palestra no Nordeste, quem aqui já esteve em Dubai, o que conhece em Dubai. Aqui na Assembleia, eu pergunto quem já esteve em Dubai, acho que vai ser muito pouco a resposta.

Eu mesmo nunca estive, não sei se os colegas já estiveram, também não estiveram, mas a S. Exa., o governador, é contumaz em Dubai, na China, é contumaz aí no mundo todo, porque ele é um cara chique, é um cara elitizado.

E o cara elitizado da linha do nosso governador não está preocupado com policiais militares que estão morrendo, estão, nessa hora, patrulhando as ruas de São Paulo, ganhando uma porcaria de um salário. Ele não está preocupado em valorizar a vida desses homens e mulheres; ele não está preocupado.

Ele não cumpre nem a palavra dele, porque ele prometeu, não fomos nós que pedimos para ele prometer. Ele prometeu, na campanha, que valorizaria o policial militar e não atrapalharia a vida do funcionário público. Ele fez justamente o inverso. Ele não só não valorizou, como ele diminuiu o salário do policial militar, ele atrapalhou totalmente a vida dos funcionários públicos, em São Paulo.

Ele aumentou o ICMS no estado de São Paulo; ele destruiu entidades estatais, ele tirou direito de pessoas com deficiência, e a gente vê isso aí, continuam diariamente policiais morrendo, policiais militares, policiais civis, guardas municipais. É uma triste realidade do nosso Brasil, e todo mundo encara isso como normalidade. É muito séria a situação da nossa Nação.

Pois bem, nós perdemos outro herói brasileiro, um homem de 100 anos que lutou na 2ª guerra mundial. E eu quero aqui trazer essa notícia a todos os Srs. Deputados e a todos que nos assistem pela Rede Alesp. É o soldado Joaquim Hipólito de Medeiros, de 100 anos. Ele morreu na data de ontem, dia 27 de outubro, lá no Rio Grande do Norte, e foi um homem que participou da história do Brasil.

Quando jovem, lutou na Itália pela defesa da nossa democracia, e, como todo herói brasileiro, acabou sendo levado ao esquecimento, mas nós não esqueçamos aqui. Muito obrigado,